

artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e o artigo 33

da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º:

35.111.001.20-0000613

Fornecedor: OCULOS & amp; CIA.

Porte: DEMAIS

CNPJ: 57.906.414/0001-00

EXTRATO DE DECISÃO: Considerando que o fornecedor, ao ser notificado para comprovar o atendimento da pretensão da consumidora e/ou apresentar defesa, adotou as providências necessárias para a solução do conflito existente na relação de consumo, decido que a presente RECLAMAÇÃO deve ser considerada FUNDAMENTADA ATENDIDA, conforme a Decisão prolatada em 10/03/2021, conjuntamente com o artigo 57 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e inciso I do artigo 29 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

Por conseguinte, inclua-se o nome do fornecedor no cadastro de que trata o artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990, o inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e o artigo 33 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

PROCESSO ADMINISTRATIVO - FA N.º:

35.111.001.20-0000521

Fornecedor: INSTITUTO EDUCACIONAL SIRIUS LTDA

Porte: ME

CNPJ: 09.019.806/0001-04

EXTRATO DE DECISÃO: Considerando que o fornecedor, ao ser notificado para comprovar o atendimento da pretensão da consumidora e/ou apresentar defesa, adotou as providências necessárias para a solução do conflito existente na relação de consumo, decido que a presente RECLAMAÇÃO deve ser considerada FUNDAMENTADA ATENDIDA, conforme a Decisão prolatada em 10/03/2021, conjuntamente com o artigo 57 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e inciso I do artigo 29 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

Por conseguinte, inclua-se o nome do fornecedor no cadastro de que trata o artigo 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990, o inciso II do artigo 58 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1.997, e o artigo 33 da Portaria PROCON Paulistano nº 05, de 24 de novembro de 2.017.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

COORDENADORIA DE AUDITORIA GERAL

PORTARIA N° 01/2021/CGM/AUDI

Designa servidores para participação no Grupo Especial de Apuração por Demanda

A Coordenadora de Auditoria Geral do Município, no gozo de suas atribuições legais,

RESOLVE

I - Designar a servidora Amanda Justo Tirloni Mondini, RF 835.982-2, para atuação no Grupo Especial de Apuração por Demanda, criado pela Ordem Interna nº 02/2020/CGM-AUDI.

II - Revogar a designação do servidor Eden dos Santos Costa, R.F. 836.041.3, do Grupo Especial de Apuração por Demanda, designado pela Portaria nº 01/2020/CGM/AUDI de 14/10/2020.

III - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Marcela Fernandes Lassi de Oliveira Lourenço
Coordenador(a)

CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Sei nº 6067.2019/0001798-0 - Despacho da Comissão Processante CGM/CORR/CPP-PAR-2 N° 041947460

CGM/CORR/CPP-PAR-2

DESPACHO: Senhores Comissários

1.- Analisando o presente Processo SEI nº 6067.2019/0001798-0, que trata do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) da pessoa jurídica INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO CULTURAL, CNPJ/MF nº 09.300.324/0001-10 (também qualificado como Organização Social da Cultura perante o Município de São Paulo), instaurado em razão das acusações decorrentes de infrações perpetradas pelo Instituto contra a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 55.107/2014), vislumbramos que, após o cumprimento de todas as providências de saneamento e instrução processual, previstas no Despacho da Comissão Processante CGM/CORR/CPP-PAR-2 036588320, de 08-12-2020, sobreveio a reiterada comprovação do novo endereço da nova sede da referida organização social, onde ela somente veio a ser validamente citada em 26-09-2020, no logradouro correspondente à Rua Pitimbu, nº 187 - Fundos, Vila Independência, CEP 04222-070, São Paulo - SP (SEI's nºs 033975244 e 037995399), a despeito de já tê-lo feito regularmente, no âmbito do Processo SEI nº 6025.2020/00011854-2 (SEI nº 038603614), que trata, especificamente, do procedimento administrativo voltado à possível desqualificação do título de "Organização Social da Cultura" ainda detido pela referida pessoa jurídica, nos termos do artigo 18, §1º, da Lei Municipal nº 14.132/2006, bem como do artigo 12 do Decreto Municipal nº 52.858/2011, cuja determinação de instauração e nomeação da respectiva comissão processante adveio com a Portaria PREF nº 555/2020, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC), de 15-05-2020, p. 1 (SEI nº 038603614).

2.- Outrossim, em razão da proposta de desconsideração da personalidade jurídica da referida pessoa jurídica, em desfavor de WILLIAM NACKED, ANA HELENA CURTI e PEDRO MENEZES GATTONI (SEI nº 026761589), verificamos que todas as pessoas físicas possivelmente passíveis de vir a serem afetadas pela futura decisão no presente, também já foram igual, regular e validamente citadas (SEI's nºs 032859674, 033975177 e 033386742), nas seguintes datas: WILLIAM NACKED, citado aos 18-03-2020 (SEI nº 032859674); ANA HELENA CURTI, citada aos 14-09-2020 (SEI nº 033975177) e PEDRO MENEZES GATTONI, citado aos 18-09-2020 (SEI nº 033386742), sendo que, até o momento, constatamos:

2.1.- a efetiva apresentação de defesa escrita de PEDRO MENEZES GATTONI (SEI nº 035213117), após o regular ingresso de seus defensores técnicos (SEI's nºs 034153404, 034153407, 034153430 e 034204513), bem como a efetiva apresentação de defesa escrita de ANA HELENA CURTI (SEI nº 041569115), após o regular ingresso de seus defensores técnicos (SEI's nºs 038280470, 038280664 e 038280838), com os devidos cadastramentos de seus advogados como usuários externos do Sistema SEI, para vista e integral acesso ao presente;

2.2.- nenhuma atividade de defesa, entretanto, seja patrocinada ou própria, de WILLIAM NACKED, apesar de este já haver sido regularmente citado em 18-03-2020 (SEI nº 032859674) e, além disso, a despeito de também haveramos procedido à regular intimação do seu advogado, Dr. Caio Cesar Arantes, OAB/SP nº 182.128, já cadastrado nas ações civis públicas nºs 1033754-87.2019.8.26.0053, da 16ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (SEI nº 038147707) e 1033763-49.2019.8.26.0053, da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (SEI nº 038147865), nas quais, inclusive,

ingressou voluntária e espontaneamente, conforme petições e peças processuais trasladadas para o presente.

3.- A par das constatações acima relatadas, as referidas medidas instrutórias até aqui adotadas foram providenciadas para garantir a efetiva ciência do processamento deste PAR, tanto em desfavor da pessoa jurídica INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO CULTURAL, CNPJ/MF nº 09.300.324/0001-10, quanto em razão da proposta de alcance de suas possíveis sanções em desfavor das pessoas físicas já regularmente citadas no presente, a teor do artigo 19 do Decreto Municipal nº 55.107/2014, franqueando-se-lhes, a todos os envolvidos, a permanente possibilidade de ingresso e defesa no presente, sempre em cumprimento e obediência para com o atendimento dos princípios constitucionais do devido processo legal, norteados pela mais ampla defesa e pela franca possibilidade de efetivo contraditório.

4.- Recentemente, ANA HELENA CURTI apresentou sua defesa escrita (SEI nº 041569115), após o regular ingresso de seus defensores técnicos no presente (SEI's nºs 038280470, 038280664 e 038280838), tendo também comprovado a sua condição de atual Diretora Executiva do INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO CULTURAL, CNPJ/MF nº 09.300.324/0001-10, com base na qual apresentou uma defesa em que pleiteou a reforma do ourtora Despacho da Comissão Processante CGM/CORR/CPP-PAR-2 N° 026761589, de 06-06-2020, que propôs a desconsideração da personalidade jurídica do INSTITUTO, para possibilitar o redirecionamento do alcance dos efeitos da futura decisão do presente PAR em desfavor pessoas físicas de WILLIAM NACKED, PEDRO MENEZES GATTONI e ANA HELENA CURTI, os quais exerceram a função de Diretores Executivos da organização social, cada qual em seu respectivo período, assim como também defendeu, enquanto pessoa física, a sua própria exclusão do polo passivo do presente.

5.- Após o término da suspensão dos prazos dos processos administrativos do Município de São Paulo, determinada pelos sucessivos Decretos Municipais nºs 59.283/2020, 59.348/2020, 59.449/2020, 59.560/2020, 59.603/2020, 59.644/2020, 59.665/2020, 59.728/2020, 59.766/2020, 59.809/2020, 59.844/2020, 59.905/2020, 59.966/2020, 59.999/2020, 60.050/2021, 60.055/2021, 60.082/2021, 60.101/2021, 60.118/2021 e, atualmente, pelo Decreto Municipal nº 60.157/2021, sem prejuízo da eventual edição de novos atos normativos que ainda venham a prorrogar essa situação de suspensão dos prazos processuais, procederemos à retomada do fluxo dos prazos processuais e do andamento processual do presente, com início do cômputo do derradeiro prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação de defesa escrita do único citando que, até o momento, não compareceu no presente, qual seja, WILLIAM NACKED, já válida e regularmente citado desde 18-03-2020 (SEI nº 032859674), após o que seguiremos com a apresentação do relatório desta Comissão Processante, oportunidade em que todos os pontos arguidos pelas defesas já apresentadas serão detidamente apreciados, juntamente com toda a instrução constante deste PAR.

6.- De toda a sorte, sempre em atenção ao permanente atendimento dos princípios constitucionais do devido processo legal, norteados pela mais ampla defesa e pela franca possibilidade de efetivo contraditório, frisamos que quaisquer contatos com a Corregedoria Geral do Município de São Paulo encontram-se livremente franqueados, podendo ser imediatamente estabelecidos, por meio de nossos respectivos emails institucionais (cgmc@corregedoria.sp.gov.br e cpp-par-corregedoriageral@prefeitura.sp.gov.br), em função do estado de emergência, decorrente da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), tal qual se valeram as defesas precedentes, já acostadas ao presente.

7.- Publique-se o presente em nome de todos os defensores técnicos já intimados pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC), tanto acerca do Despacho da Comissão Processante CGM/CORR/CPP-PAR-2 036588320, de 08-12-2020, publicado no DOC de 10-12-2020, p. 20 (SEI nº 036704241), quanto posteriormente intimados acerca do Despacho da Comissão Processual CGM/CORR/CPP-PAR-2 039460251, de 16-02-2021, publicado no DOC de 17-02-2021, p. 21 (SEI nº 039536037).

ADVOGADOS: Dr. Leonardo Alencar Pantoja, OAB/RJ 145.824 e OAB/SP 415.779; Dr. Carlos Alberto Polônio, OAB/SP 159.806; Dra. Daniela Alves de Souza, OAB/SP 178.151; Dr. Caio Cesar Arantes, OAB/SP 182.128 e Dra. Marta Regina de Alencar, OAB/RJ 171.770.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DEPTO DE DESAPROPRIAÇÕES

DESPACHO DO GABINETE DA PROCURADORIA – DESAP

SEI 6021.2021/0015455-7 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de emolumentos ao 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, referentes ao registro das Cartas de Adjucação e Imissão na posse relacionadas no documento SEI nº 041797937. A vista das informações expostas, notadamente os pedidos de pagamento enviados pelo 4º Cartório de Registro de Imóveis, bem como os protocolos dos títulos anexados neste processo; a tabela de emolumentos no doc. 041804577; a planilha de cálculos no doc. 041804555; a manifestação de DESAP 2003 no doc. 041804614; a nota de reserva juntada no doc. 041896598, e também o parecer retro de DESAP/G-AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, pela competência delegada na Portaria 01/16 PGM/CGGM, a emissão de NOTA DE EMPENHO em favor do **Quarto Cartório De Registro De Imóveis, CNPJ 45.564.879/0001-32**, no valor de **R\$ 4.653,88 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos)**, onerando a dotação nº **21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.39.00.00**.

SEI 6021.2019/0048617-3 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de complemento das custas de emolumentos ao 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, para fins de registro da Carta de Adjucação prenotada sob o nº 598.238 (Antigo nº 592.687) e relacionada nos docs. 041421957 e 041425444. A vista das informações expostas, notadamente o e-mail enviado pelo 4º Cartório de Registro de Imóveis, no qual consta o valor do complemento a pagar e anexados no doc. 041425444; a tabela de emolumentos no doc. 041426320; a planilha de cálculos no doc. 041425584; a manifestação de DESAP 2003 no doc. 041426603; a nota de reserva juntada no doc. 041515449, e também o parecer retro de DESAP/G-AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, pela competência delegada na Portaria 01/16 PGM/CGGM, a emissão de NOTA DE EMPENHO em favor do **Quarto Cartório de Registro De Imóveis, CNPJ 45.564.879/0001-32**, no valor de **R\$ 55,87 (cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos)**, onerando a dotação nº **21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.39.00.00**.

SEI 6021.2021/0014457-8 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES. Pagamento de emolumentos ao 12º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, referentes ao registro das Cartas de Adjucação relacionadas no documento SEI nº 041473440. A vista das informações expostas, notadamente os pedidos de pagamento enviados pelo 12º Cartório de Registro de Imóveis, bem como os protocolos dos títulos anexados neste processo; a tabela de emolumentos no doc. 041475222; a planilha de cálculos no doc. 041474399; a manifestação de DESAP 2003 no doc. 041475525; a nota de reserva juntada no doc. 041515806, e também o parecer retro de DESAP/G-AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, pela competência delegada

na Portaria 01/16 PGM/CGGM, a emissão de NOTA DE EMPENHO em favor do **Décimo Segundo Cartório De Registro De Imóveis, CNPJ 45.576.774/0001-01**, no valor de **R\$ 714,02 (setecentos e quatorze reais e dois centavos)**, onerando a dotação nº **21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.39.00.00**.

SEI 6021.2021/0003017-3 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de emolumentos ao 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, referentes ao registro das Cartas de Adjucação relacionadas no documento SEI nº 041453543. A vista das informações expostas, notadamente os pedidos de pagamento enviados pelo 3º Cartório de Registro de Imóveis, bem como os protocolos dos títulos anexados neste processo; a tabela de emolumentos no doc. 041455943; a planilha de cálculos no doc. 041455629; a manifestação de DESAP 2003 no doc. 041456687; a nota de reserva juntada no doc. 041515692, e também o parecer retro de DESAP/G-AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, pela competência delegada na Portaria 01/16 PGM/CGGM, a emissão de NOTA DE EMPENHO em favor do **Terceiro Cartório De Registro De Imóveis, CNPJ 45.565.256/0001-84**, no valor de **R\$ 2.984,85 (dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)**, onerando a dotação nº **21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.39.00.00**.

SEI 6021.2021/0015381-0 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de emolumentos ao 12º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, referentes ao registro das Cartas de Adjucação relacionadas no documento SEI nº 041759880. A vista das informações expostas, notadamente os e-mails de pagamento enviados pelo 6º Cartório de Registro de Imóveis, bem como os protocolos dos títulos anexados neste processo; a tabela de emolumentos no doc. 041800752; a planilha de cálculos no doc. 041800679; a manifestação de DESAP 2003 no doc. 041800771; a nota de reserva juntada no doc. 041895070, e também o parecer retro de DESAP/G-AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, pela competência delegada na Portaria 01/16 PGM/CGGM, a emissão de NOTA DE EMPENHO em favor do **Décimo Segundo Cartório de Registro De Imóveis, CNPJ 45.576.774/0001-01**, no valor de **R\$ 10.395,98 (dez mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos)**, onerando a dotação nº **21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.39.00.00**.

DEPTO FISCAL - FISC

ASSESSORIA JURÍDICA

6021.2020/0006676-1 – ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS

INTERESSADO: Claudio Pereira de Lima

DESPACHO Nº 373/2021 – FISC G

I. No uso da competência que me é conferida pelo artigo 32, IV, do Decreto nº 57.263/2016, em face da análise exposta na informação N.º 041579283 e proposta formulada em 041613464, cujos fundamentos acolho integralmente como razão de decidir, indefiro o pedido administrativo de extinção das execuções fiscais referentes às dívidas de IPTU e taxa dos exercícios de 2000 a 2006 para o imóvel registrado sob SQL N.º 041613464, uma vez que não há prescrição da ação diante do tempestivo ajuizamento, bem como não existe comprovação de posterior desídia do Exequente a ensejar reconhecimento de prescrição intercorrente, pelo que a questão exige análise e deliberação judicial.

II. Inobstante não tenham as provas acompanhado o presente expediente, diante da constatação efetuada por FISC.32 ao consultar o andamento processual do TJ/SP, providencie-se, de ofício, as verificações necessárias e, se o caso, o cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do Processo N.º 0122392-44.0500.8.26.0090, execução fiscal N.º 607.234-8/05-1 (IPTU do exercício de 2004);

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 6018.2021/0025068-1

PORTARIA Nº 161/2021-SMS.G

Autoriza, de forma transitória e excepcional, por parte das Organizações Sociais que tenham firmado Contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, desde que não impacte na finalidade a que se destina, a utilização dos rendimentos de custeio para compra de Material Médico Hospitalar e Equipamentos Médicos voltados exclusivamente ao combate à pandemia da COVID-19, durante a situação de emergência do Município de São Paulo.

O Secretário Municipal de Saúde de São Paulo, no uso das atribuições conferidas por Lei, e:

Considerando a Lei Federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Lei nº 17.335 de 27 de março de 2020, que dispõe sobre autorização de medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços, finanças públicas e outras medidas em face da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes do Coronavírus, no âmbito do Município de São Paulo;

Considerando disposto no Decreto nº 59.283 de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus;

Considerando que o Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, no inciso IV de seu art. 15 determina que a Secretaria Municipal de Saúde adote providências para ampliação do número de leitos para os casos mais graves;

Considerando as atribuições do Secretário Municipal de Saúde, nos termos do inciso XII do art. 18 da Lei Federal nº 8.080/90,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a utilização dos saldos de rendimentos das verbas de custeio e investimento referente às pactuações dos Contratos de Gestão celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde com as Organizações Sociais, apurados desde o início da vigência das parcerias, para viabilizar a compra de Material Médico Hospitalar e Equipamentos Médicos, que serão analisados pelas Coordenadorias Regionais de Saúde, levando-se em consideração a destinação e utilização, desde que direcionadas ao enfrentamento da pandemia.

Art. 2º A utilização dos saldos de rendimentos das verbas de custeio e investimento foi autorizada como medida de urgência ao combate à pandemia e deverá ser devidamente justificada e desde que não haja prejuízo aos compromissos contínuos de custeio e investimentos já pactuados.

Art. 3º Nas hipóteses em que não forem corroboradas as justificativas para determinado fim específico (relacionado ao combate à COVID-19), sua utilização não será autorizada.

Art. 4º A formalização se dará através de aditamento ao Contrato de Gestão especificando os itens adquiridos, valores e a descrição da utilização do saldo de rendimentos visando o combate à COVID-19.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.

PROCESSO: 2018-0.123.713-8

APURAÇÃO PRELIMINAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos constantes no processo 2018-0.123.713-8 e, em especial a manifestação da Coordenadoria

Jurídica – COJUR, desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no art. 102, inciso II, do Decreto nº 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada a existência de responsabilidade funcional na apuração preliminar.

PROCESSO: 6110.2020/0000990-7

APURAÇÃO PRELIMINAR

SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA

I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 6110.2020/0000990-7, em especial, a conclusão da Quarta Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:

II – A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido processo de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da AHM, em atendimento ao princípio de eficiência.

III - O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que o pagamento efetuado a título de indenização tratado nos autos do processo foram amplamente justificados sem que houvesse contribuições de servidores ativos ou inativos para que o evento ocorresse.

PROCESSO: 6110.2020/0011594-4

APURAÇÃO PRELIMINAR

SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA

I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 6110.2020/0011594-4, em especial, a conclusão da Quarta Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:

II – A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido processo de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da AHM, em atendimento ao princípio de eficiência.

III - O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que o pagamento efetuado a título de indenização tratado nos autos do processo foram amplamente justificados sem que houvesse contribuições de servidores ativos ou inativos para que o evento ocorresse.

PROCESSO: 6110.2020/0026743-4

APURAÇÃO PRELIMINAR

SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA

I - À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0026743-4, em especial, a manifestação da Assessoria Jurídica que acolho com razão de decidir, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, AUTORIZO:

II - A prorrogação do prazo para a conclusão da presente averiguação preliminar por mais 40 (quarenta) dias, a contar do recebimento do processo pela Comissão incumbida do feito.

PROCESSO: 6110.2021/0003434-2

APURAÇÃO PRELIMINAR

SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA

I - À vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2021/0003434-2, em especial, a manifestação da Assessoria Jurídica que acolho com razão de decidir, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020 e no Decreto Municipal nº 59.685/2020, AUTORIZO:

II - A prorrogação do prazo para a conclusão da presente averiguação preliminar por mais 40 (quarenta) dias, a contar do recebimento do processo pela Comissão.

PROCESSO: 6018.2020/0041299-0

DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos contidos no presente processo administrativo, com fundamento no parágrafo 5º do artigo 42, bem como da alínea b do inciso II do artigo 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e da Lei Federal nº 8.080/1990, AUTORIZO o Segundo Termo de Aditamento ao Contrato nº 096/2020/SMS-1/ CONTRATOS celebrado com a pessoa jurídica de direito privado Almeida Sapata Engenharia e Construções Ltda., inscrita no CNPJ nº 66.748.955/0001-6330, para a prorrogação do período de execução por 90 (noventa) dias, até 02/07/2021, visando a realização das obras de reforma da UBS Itaquera, no âmbito do projeto Avança Saúde São Paulo.

HOSP. MUN. E MAT. ESCOLA DR. MÁRIO DE MORAES ALTENFELDER DA SILVA

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO TÉCNICO

PROCESSO SEI Nº. 6018.2020/0074274-4

ADIANTAMENTO

I) Nos termos do disposto no artigo 16 do Decreto nº 48.592 de 06 de agosto de 2007 e considerando a manifestação da Seção Técnica de Contabilidade DOC SEI Nº